

A TRANSITIVIDADE DE VERBOS *DICENDI*

ABSTRACT: This paper focuses on reported speech, aiming at examining the status of complement clauses of verbs *dicendi*. In particular, I will attempt to answer the following questions: can the clause which introduces the quotation be analyzed as an object complement of the verb of saying? Which are the syntactic, semantic and prosodic properties of utterance verbs that support such treatment? Which degree of transitivity does the complement clause manifest? The data come from twelve conversational narratives from Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal. The analysis follows a functional perspective.

KEY-WORDS: reported speech; transitivity; complement clause.

1 Introdução

O fato de que o discurso reportado constitui um domínio muito especial do uso da língua é amplamente reconhecido (CLARK e GERRIG, 1990; CHAFE, 1994 *inter alia*). Sua investigação faz surgir questões que ultrapassam o escopo da gramática da complementação, como indexação, efeito e atitude. Ainda que vários trabalhos tenham focalizado a citação, a maioria deles analisa dados criados ou fragmentos de textos escritos.

O discurso reportado pode ser descrito como um recurso utilizado na fala e na escrita quando o falante ou o escritor reporta o discurso (ou pensamento) de outra pessoa considerado em um tempo diferente do tempo de fala. No domínio do discurso reportado, pode-se distinguir discurso direto e indireto¹. Além do uso de um complementizador nas citações indiretas, ambas as construções diferem com respeito à sua orientação dêitica. No discurso direto (DD), o centro dêitico é aquele da enunciação original, i. e., o tempo de fala e o tempo em que a citação foi produzida são considerados o mesmo. Ao contrário, no discurso indireto (DI), o centro dêitico é aquele do momento de fala, ou seja, a citação reflete o tempo real em que ela foi produzida. Essa diferença em orientação dêitica determina a escolha da referência pronominal (em que 'eu' e 'você' referem-se, respectivamente, ao falante e ouvinte originais,

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte/CNPq.

¹ Há um terceiro tipo, chamado discurso indireto livre, que contém traços tanto do discurso direto quanto do indireto. Esse tipo de discurso reportado não será analisado neste artigo.

no DD, e ao falante e ouvinte correntes, respectivamente, no DI), da dêixis de lugar (o uso de *este*, *aqui* e *vir*, por exemplo, no DD, e de *aquele*, *lá* e *ir*, no DI) e do tempo verbal (em que o tempo do verbo no DI é o mesmo do verbo *dicendi*, enquanto isso não se dá no DD). Em outras palavras, no discurso direto o falante adota a a orientação dêitica daquele que cita, enquanto no discurso indireto o falante usa a si próprio como o ponto de referência espaço-temporal.

O discurso reportado é geralmente introduzido por verbos *dicendi* ou verbos de enunciação, cujo protótipo é o verbo *dizer*, seguido pela oração citada. Os verbos *dicendi* tem sido objeto de estudo de vários trabalhos. Parece haver uma tendência geral para considerar esses verbos como intransitivos. Enquanto algumas línguas permitem que o complemento dos verbos *dicendi* seja codificado como um objeto oracional, em muitas línguas esses verbos exibem características de intransitivos. Os principais aspectos discutidos na literatura referem-se a: 1. as distinções sintáticas e semânticas entre o discurso direto e indireto; 2. a relação entre um verbo *dicendi* e o material citado; 3. as funções discursivas da citação. Neste trabalho investigo o *status* da oração complemento do verbo *dicendi*, com o objetivo de responder as seguintes perguntas: a oração que introduz a citação pode ser analisada como um complemento objeto do verbo *dicendi*? Quais são as propriedades sintáticas e semânticas dos verbos de enunciação que evidenciam tal tratamento? Qual o grau de transitividade que a oração complemento manifesta? Os dados empíricos correspondem a doze narrativas conversacionais extraídas do *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*, totalizando cerca de 12 horas de gravação. A análise segue uma perspectiva funcionalista do estudo da língua.

Meus dados consistem num total de 349 citações, das quais 167 (48%) ocorrências representam DD, e 182 (52%) exemplificam DI. Há uma variedade de verbos que podem introduzir discurso reportado, o que contribui para uma diferenciação semântica da citação. O Quadro 1 mostra as ocorrências desses verbos no discurso direto e indireto.

Verbos	DD (167)	DI (182)
dizer	135 (81%)	110 (60%)
falar	7	9
perguntar	6	11
fazer	4	-
reclamar	2	-
pensar	2	28
ficar	3	-
contar		17
pedir	2	5
chamar	3	-
repetir	1	1
indicar	1	-
combinar	1	1

Quadro 1: Verbos de discurso reportado.

Dizer é o verbo mais frequentemente usado para introduzir uma citação em meus dados (70% do total), com poucas ocorrências dos outros verbos. *Dizer* corresponde a 81% de todas as ocorrências de verbos de enunciação no discurso direto e 60% no indireto, representando o verbo prototípico da classe de verbos que emolduram o discurso do outro. Uma razão para a natureza não-marcada de *dizer* e sua predominância é que ele pode ser considerado pragmaticamente neutro, já que a prosódia é geralmente usada para indicar o modo como o enunciado foi falado, se era uma pergunta, um pedido, uma ordem ou qualquer outro ato de fala, como no exemplo (1):

(1) minha mãe trouxe, trouxe, biquini e essas coisa, maiô, num sabe? ela trouxe maiô. aí **disse**: < ei, você vai >? aí eu **disse**: < não, num vou não >.

Nesse fragmento, o falante está falando sobre uma excursão que fez. A primeira citação é uma pergunta, enquanto a segunda é a resposta que ela deu a sua mãe. Ambas as citações são introduzidas por *dizer*. Ocorrências como essas são comuns em meus dados.

O Quadro 1 também permite observações interessantes. Primeiro, note que alguns verbos não ocorreram no discurso indireto (*fazer*, *ficar*, *reclamar*, *indicar*, *chamar*). O uso de *fazer* e *ficar*, comparáveis ao 'go' do inglês usado no registro coloquial, está restrito ao discurso direto, como em:

(2) aí ele **fez**: < eu num acredito >.

- (3) aí **ficou** todo mundo: < quem foi, quem não, quem não foi >, e terminou ficando o professor com a culpa.

Quanto a *chamar* e *indicar*, sua ausência do discurso indireto tem uma motivação semântica-pragmática. Com esses significados, esses verbos não podem ser seguidos por uma oração introduzida pelo complementizador *que*. Como esses verbos denotam um ato de fala lexicalizado, eles só podem ser usados no discurso direto, em que a citação representa as funções retóricas realizadas:

- (4) e já tinha algumas amigas minhas, tavam lá atrás e foram logo me **chamando**: < Gerson, vem pra cá, pra cá cantar >.
- (5) aí daqui a pouco um cara que num, que não me perguntou se eu queria ou não, chegou e **indicou**: < eu indico o nome de Gerson e tudo, da igreja do Satélite >.

Além disso, *pensar* tem uma frequência de ocorrência mais alta no discurso indireto (n = 28) do que no direto (n = 2), enquanto *contar* apenas aparece no discurso indireto (n = 17). O uso do verbo *pensar* mostra que o ato de reporter inclui não somente atividade de fala, mas também atividade mental não verbalizada (para uma discussão de pensamento reportado, ver CHAFE, 1994).

É interessante observar que quando uma pergunta é reproduzida no discurso indireto, a entonação se perde, mas o uso do verbo *perguntar*, juntamente com um pronome interrogativo na citação, compensa essa perda. Em meus dados, as 7 ocorrências de citação introduzidas por *perguntar* são precedidas por diferentes complementizadores: *se*, *por que*, *onde*, *como* e *quem*:

- (6) se alguém **pergunta** pra gente < se você viu aquele filme >,

Do ponto de vista sintático, esses verbos *dicendi* tendem a selecionar o mesmo tipo de oração complemento. No português do Brasil, o discurso reportado tem três tipos de complemento: oração principal, i.e., o complemento tem a mesma forma sintática de uma oração principal (discurso direto), orações com *que* e orações no infinitivo (discurso indireto).

É relevante notar que alguns verbos de enunciação meramente transmitem que um certo tipo de atividade verbal aconteceu. Nesse caso, o objeto direto não é obrigatório e o objeto indireto/recipiente pode (7) ou não (8)

ser expresso. O mais comum é o verbo *falar*. Quando esse é o caso, o verbo *dicendi* tem uma estrutura argumental diferente, e pode codificar o assunto sobre o qual se está falando como um constituinte oblíquo, como em (9-12):

- (7) só sei que a namorada chegou. aí começou a **falar** com ele, num sabe?
- (8) aí [o amigo dele] começou a **falar**.
- (9) ela começa **falando** da ocupação nazista na França.
- (10) você começou a me **contar** aí de um passeio, né? com a sua tia.
- (11) mas quando foi à noite, né? foi **perguntar** de novo pelo gato, né?
- (12) aí ele foi pra casa, né? e ficou **pensando** só nisso, né?

Meus dados também registram várias ocorrências de citação zero, isto é, discurso direto em que não há verbo *dicendi*:

- (13) aí vinha um caminhão e descarregava lá, na calçada. aí mainha: < ei, tire esse negócio daqui >.
- (14) o morador tinha saído. aí ela ofereceu o apartamento. aí mãe: < ah, tudo bem. eu fico com o apartamento. fico pagando o aluguel pra você >.

(13) e (14) mostram algumas das características que ajudam a identificar os enunciados entre parênteses angulados como discurso direto. Primeiro, há mudança de sujeito: da 3ª pessoa (*mainha*) para a 2ª pessoa do singular (*você*, omitido mas recuperável através da morfologia verbal) em (13), e da 3ª pessoa (*mãe*) para a 1ª pessoa do singular (*eu*) em (14). Segundo, há também uma mudança no tempo verbal: do passado para o presente em ambas as orações. Terceiro, o uso de partículas como *ei* e *ah* no começo dos enunciados reportados indica que o falante corrente está agora citando, e que essas partículas foram supostamente produzidas pelo falante original no evento que está sendo reportado. Observe também o uso do marcador narrativo *aí* antes da referência ao falante que está sendo citado. Além disso, a prosódia ajuda a indicar que uma citação é pretendida, visto que ambas as citações são precedidas por entonação contínua. Assim, o verbo *dicendi* pode ser omitido, enquanto os pronomes e o tempo verbal são usados de um modo apropriado ao discurso direto.

Na citação, a escolha do tempo verbal, assim como a escolha da orientação especial e temporal, é determinada pelo ponto de referência da citação. Com relação ao tempo em que o verbo *dicendi* aparece em meus dados, o Quadro 2 exibe o número de ocorrências para esse traço:

Tempo	DD (166)	DI (182)
Pretérito	144 (87%)	145 (80%)
Presente	20 (12%)	33 (18%)
Futuro	2 (1%)	4 (2%)

Quadro 2: O tempo dos verbos *dicendi*.

O verbo que introduz a citação está predominantemente no tempo pretérito ($289/348 = 83\%$), tanto em DD como em DI, mas também pode estar no presente ($53/348 = 15\%$), com muito poucas ocorrências no futuro. A alta frequência do pretérito tem a ver com a função de reportar uma situação ou evento prévios.

O uso do presente no discurso reportado representa uma instância do presente histórico. Ao invés de reporter um evento passado no tempo pretérito, o falante usa o presente como um recurso para simular que o evento está acontecendo no momento de fala. Essa estratégia é usada principalmente em pontos na narrative em que o falante está altamente envolvido com o que ele/a está recontando, e tem o efeito de dramatizar aquilo que está sendo descrito, fazendo-o parecer mais vívido (ver CHAFE, 1994), como em (15) abaixo, em que o falante reproduz seu diálogo com um antigo namorado:

(15) aí ele: < num vai comer não, você? **digo**: < não, é porque eu tô sem fome >. e eu morrendo de fome, sabe? tinha saído do colégio.

O exemplo em (16) ilustra o uso do presente habitual (ou genérico), que veicula uma situação ou estado de coisas atemporal:

(16) a moral da história é, quando o povo **diz**: < ah, tenha paciência de Jó >, é porque Jó era o nome do cara.

Quanto ao futuro, nos dados examinados ele é sempre expresso por meio de uma locução formada pelo verbo auxiliar *ir*, flexionado no presente, e o verb principal *dizer*. Esse uso é típico do registro coloquial, e representa um caso de gramaticalização. No fragmanto em (17) o narrador está falando sobre

um plano que ela bolou para enganar o diretor da escola onde ela estudava naquela época. Esse trecho é interessante porque contém citações diretas dentro de uma outra citação direta, introduzida pelo verbo *combinei*. Observe que todos os verbos dentro da citação estendida estão no futuro imediato:

(17) então eu **combinei** com as minhas amigas: < olha, vai duas pra sala de aula assistir à data comemorativa. eu vou começar a chorar e vou **dizer** < que estou doente Q. uma vai chegar, vai chamar o diretor, vai **dizer** < que eu estou doente > pra poder, você vai chamar as outras que estão no auditório, que é pra me levar pro hospital >.

Assume-se, em geral, que o tempo do verbo no DI, mas não do DD, é o mesmo do verbo *dicendi* (LI, 1986). Isso pode ser explicado pelo fato de que no DD o centro dêitico é o do enunciado reportado, enquanto no DI o centro dêitico é o do momento de fala. Desse modo, no primeiro o tempo verbal é o mesmo do enunciado original, enquanto no último o verbo da citação frequentemente está no pretérito, assim como o verbo *dicendi* (predominantemente no pretérito, mas também no presente e também no futuro, em meu *corpus*, em ambos os tipos de discurso reportado. Cf. Quadro 2). Meus dados corroboram essa assunção: no DD, em 121 de 159 ocorrências (76%) o verbo *dicendi* e o verbo na citação têm tempos **diferentes**, enquanto no DI em 160 de 180 ocorrências (89%) o verbo *dicendi* e o verbo reportado estão no **mesmo** tempo.

Com relação ao tempo verbal, note-se que considerei um número menor de ocorrências para o DD e o DI: 159, em vez de 166, e 180, em vez de 182, respectivamente (cf. Quadro 1). In DD, registrei 7 ocorrências em que a citação não é uma oração, mas um SN, (6 exemplos, como em ((18), abaixo) e um pronome interrogativo (*por que*). Em DI, 2 citações são expressas pelo complementizador *que* seguido de *sim*, e de *não*, como em (19):

(18) era o filho dele, muito sujo, aí **chamando**: < papai >, né?

(19) o cara disse que ela podia sair de lá, mas ela **disse** < que não >.

O exemplo (19) é interessante na medida em que apresenta características da citação direta e indireta simultaneamente, isto é, o uso do complementizador *que*, e o marcador negativo *não*, que pertence à fala.

Quanto ao modo do verbo, embora a grande maioria das citações estejam no indicativo, o subjuntivo ocorre em 9 citações indiretas. A preferência pelo subjuntivo parece estar condicionada pelo verbo, mas alguns verbos admitem

ambos os modos. À exceção de *dizer* (n=5), todas as outras ocorrências de subjuntivo são exigidas pelo significado dos verbos de enunciação *pensar* e *pedir*, flexionados no pretérito. Todas essas orações são irrealis, reportando um evento futuro, como em (20) e (21).

(20) eu **pensei** < que eu fosse morrer >, sabe, quando o colégio inteiro correu pro laboratório pra ver o que tinha sido.

(21) dá esse almanaque e **diz** para ele < que aposte em tudo >.

Alguns estudos apontaram as diferenças em pronominalização como um critério para distinguir entre DD e DI (MUNRO, 1982, LI, 1986, MAYES, 1990). Em DD, os pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas referem-se ao falante original e ao ouvinte original, respectivamente, enquanto o pronome de 3ª pessoa não se refere nem ao falante original nem ao ouvinte original. Por outro lado, no DI os pronomes de 1ª e 2ª pessoas referem-se ao falante e ao ouvinte correntes, respectivamente, enquanto o pronome de 3ª pessoa é usado de acordo com a regra geral de pronominalização. Meus dados confirmam o critério de pronominalização, como mostram os seguintes exemplos:

(22) aí seu Carrilho **disse**: < não, ainda não fui atendido >.

(23) aí minha tia **disse**: < o que que você tava conversando com ele >? aí eu **disse**: < nada, ele tava me contando uma história >.

Em (22), a forma verbal *fui* está flexionada na 1ª pessoa do singular, e se refere ao falante original, seu Carrilho. Em (23), *você* é correferente ao ouvinte, que é o falante corrente, e *ele* refere-se a uma terceira pessoa, que não é nem o falante original nem o ouvinte original.

(24) o médico **disse**: < que [o acidente] me prejudicou também >.

(25) mas você **disse** < que foi a melhor coisa que aconteceu pra você >, e, você hoje tem muitos amigos, né?

(26) o professor quando chegou viu que tinha sido eu que tinha feito o serviço. aí ele **disse** < que tinha sido ele > fazendo uma experiência.

Em (24), o pronome objeto *me* é correferencial ao falante corrente. O exemplo (25) mostra que o pronome de 2ª pessoa *você* se refere ao ouvinte corrente. Em (26), o pronome *ele* se refere ao SN *o professor*, que não é nem o falante nem o ouvinte correntes.

A citação parece ser predominantemente usada para reportar os enunciados de outro, tanto no discurso direto quanto no indireto. No DD, apenas 10% (16/165) das ocorrências se referem ao falante corrente (isto é, 1ª pessoa do singular), enquanto no DI 9% das citações (17/181) referem-se ao falante corrente. Vale notar que no discurso direto, somente quando o sujeito do verbo *dicendi* está na 1ª pessoa do singular, temos o mesmo sujeito na oração citada. Consequentemente, no DD o sujeito da oração principal é diferente do sujeito da oração citada em 90% (142/158) dos casos.² Quanto ao discurso indireto, temos um quadro um tanto diferente: o sujeito da oração principal é diferente do sujeito da oração citada em 72% (128/179) das ocorrências. Quando o verbo *dicendi* e a citação têm o mesmo sujeito, ele pode ser 3ª pessoa do singular (32/179 = 18%), 1ª pessoa do singular (16/179 = 9%), ou mesmo 2ª pessoa do singular (apenas uma ocorrência).³

2 Propriedades intransitivas das orações citadas

A afirmação de que verbos *dicendi* são intransitivos geralmente se baseia no fato de que os complementos desses verbos se comportam diferentemente de outros tipos de argumentos objeto direto. O comportamento desviante das orações reportadas é apresentado como evidência de que a oração introduzida por um verbo de enunciação desempenha alguma função que não a de objeto direto, embora essa função não seja identificada na literatura.

Vejam algumas das propriedades comumente apontadas como indicadoras do caráter intransitivo da citação: marcação de subordinação, entonação e afetamento. Munro (1982) demonstra que em várias línguas a citação relacionada a um verbo *dicendi* aparece completamente não-marcada, mesmo nos casos em que todos os outros verbos que tomam complementos oracionais requerem marcação subordinativa explícita, ou ao menos a sua possibilidade, como no inglês. Noonan (1985) observa que a função de um complementizador é identificar a entidade com a qual ele se associa como um complemento. Em português, o complementizador *que* não pode aparecer antes de uma citação direta (27), mas é obrigatório em citações indiretas (28):

² Aqui, novamente, 159 ocorrências foram consideradas, em vez de 166, devido ao fato de que no discurso direto 7 citações não são orações, como salientado acima.

³ Novamente, para o discurso indireto 180 ocorrências, em vez de 182, foram contadas porque em duas delas a citação não é uma oração, mas o complementizador *que* seguido por *sim* e *não*.

(27) aí ela **disse**: < quer sair comigo >?

(28) o médico **disse** < que ela não podia se machucar >.

De fato, o complementizador *que* pode ser omitido no discurso indireto quando o recipiente do verbo *dicendi* é introduzido pela preposição *para* e o verbo da oração citada está no infinitivo, como em (29):

(29) e ele não admite você é:: **dizer** pra ele < não beber numa ocasião dessa >.

Logo, a presença de um complementizador antes da citação não pode ser tomada como decisiva para provar o status de objeto direto da citação, a menos que o discurso indireto seja tratado diferentemente do direto com relação a sua natureza gramatical.

A entonação é tida como uma fator importante na avaliação da integração de orações, de modo que a ausência de uma quebra entonacional entre duas orações é um indicador confiável de que uma delas está integrada à outra (LEHMAN, 1988). Vários linguistas alegam que a presença de pausa entre um verbo *dicendi* e a citação é evidência de que a citação não é dependente do verbo. Noonan (1985) observa que quase todas as línguas distinguem discurso direto de indireto por meio de entonação: enquanto tipicamente há uma pausa antes e/ou depois da citação direta, do ponto de vista da entonação a citação indireta é tratada como qualquer outro complemento oracional. Aqui, outra vez, discurso direto se comporta de modo diferente de discurso indireto. Contudo, o critério da entonação não é útil para decidir sobre o comportamento (in)transitivo da citação no português do Brasil, visto que na fala não apenas é possível uma pausa separando *dizer* e a citação direta, mas também entre a citação indireta (30), por um lado, e entre qualquer verbo transitivo e seu objeto direto, por outro (31):

(30) e **disse**: < que ela era uma prostituta >.

(31) eles **descobriram**: o local lá, né?

Logo, no português do Brasil os verbos *dicendi* e seus complementos nominais/oracionais podem estar na mesma unidade entonacional, ou podem estar separados, sem nenhuma razão sintática aparente.

Na formulação de transitividade de Hopper e Thompson (1980), dois parâmetros caracterizam um objeto altamente transitivo: afetamento e individuação. Hopper (1985) enfatiza a importância do grau de afetamento do

objeto na mensuração da transitividade prototípica. Ele reconhece, além disso, que é impossível atribuir uma propriedade semântica unitária, invariável à relação verbo-objeto, porque alguns objetos não são transformados, e sim criados, pela ação do verbo. Hopper chama esses casos de objetos efetuados. Objetos afetados e efetuados compartilham a propriedade gramatical de ocupar a mesma posição sintática reservada para os objetos, mas eles se distinguem em outros traços gramaticais, como: (i) sua contribuição para o grau de transitividade oracional (objetos efetuados são menos transitivos do que objetos afetados), e (ii) a referencialidade do objeto (objetos efetuados geralmente são não-referenciais). De acordo com Hopper, os verbos de enunciação formam o maior grupo de verbos efetuados em inglês e, presumivelmente, em qualquer língua. Há, portanto, uma correlação entre Efetramento e Intransitividade: a oração efetuada será sempre menos transitiva do que a oração afetada.

Deste modo, os parâmetros ‘afetamento’ e ‘individuação’ do objeto direto não se aplicam totalmente aos complementos dos verbos *dicendi*. Por um lado, a citação não tem individuação pois não é própria, animada, concreta, singular, contável e referencial; por outro lado, embora não seja estritamente afetada, a citação é efetuada pelo ato de dizer executado por um sujeito-agente volicional, exibindo, portanto, algum grau de transitividade. Em resumo, não discarto a transitividade dos verbos *dicendi*; ao contrário, admito que eles não são prototipicamente transitivos, na medida em que um objeto efetuado é menos transitivo do que um afetado.

3 Propriedades transitivas das orações citadas

Passemos, agora, às características transitivas que se aplicam aos verbos de enunciação: tipo morfológico de verbo, ordenação e número de argumentos. Munro (1982) destaca as restrições sobre possíveis objetos dos verbos *dicendi* como uma característica intransitiva da citação. Assim, algumas línguas permitem que *dizer* tome uma citação como um objeto oracional, mas não um objeto pronominal como ‘it’ ou um SN mais concreto. No português do Brasil, contudo, *dizer* pode ocorrer tanto com um objeto pronominal (32), quanto com um SN (33), como em:

(32) foi a única palavra que eu **disse**.

(33) a gente não **disse** o nome dela.

Diferenças na ordenação das palavras entre citações e outros objetos oracionais frequentemente são apontadas como uma característica intransitiva dos verbos *dicendi*: (i) em muitas línguas, orações citadas podem ser precedidas e seguidas simultaneamente pelo verbo *dicendi*, enquanto outros verbos não permitem esse tipo de construção “emoldurada”; (ii) algumas línguas permitem a extraposição de objetos oracionais, mas não da citação; (iii) nas línguas Yuman, um objeto direto oracional pode aparecer encaixado entre o sujeito e o verbo, enquanto o complemento de *dizer* nunca aparece nessa posição.

O português do Brasil não exibe diferenças de ordenação entre discurso direto, discurso indireto e complementos no infinitivo. Embora rara, a inversão é possível no discurso indireto (34), com SNs objetos de *dizer* (35) e, em geral, em orações S-V-OD (36):

(34) < se fosse mentira >, eu já tinha **dito**.

(35) tudo que eu faço, **digo** a ela.

(36) o filme, eu **assisti** no cinema.

No português do Brasil, os verbos *dicendi* podem ser usados como um predicado de três argumentos, com o recipiente do ato de fala expresso em um sintagma oblíquo (S_{Prep}) na oração matriz. Essa codificação é possível quer o objeto direto seja um SN (37), ou um complemento oracional (38).

(37) você **diz** uma coisa pra mim, você acha que eu vou acreditar?

(38) às vezes eu **dizia** pra minha mãe < que tinha aula no sábado >.

A codificação explícita do destinatário é mais comum no discurso indireto (n=21) do que no discurso direto (apenas uma ocorrência). Em 8 casos, o objeto indireto da oração matriz também desempenha a função de sujeito na oração citada, o que demonstra a integração entre a oração principal e a citação:

(39) ele sempre **disse** pra mim < que eu era muito fria, assim, calculista >.

O compartilhamento de elementos – predicados, tempo e aspecto, participantes – entre a oração principal e a citação reflete seu entrelaçamento semântico e sintático (LEHMANN, 1988). Além disso, complementos oracionais objetos que têm o mesmo sujeito que a oração principal são considerados mais dependentes do que orações com sujeitos diferentes. Em meus dados, o discurso

direto se opõe ao indireto com relação à identidade de tempo. No DD, em 24% das ocorrências a oração principal e a citação estão no mesmo tempo, enquanto no DI a percentagem sobe para 89%. Quanto à identidade do sujeito, contudo, ambos os tipos de discurso exibem o mesmo padrão: no DD, os sujeitos da oração principal e da citação são idênticos em 10% dos casos, enquanto no DI a percentagem de sujeitos idênticos é 28%. Resulta, então, que nenhum desses parâmetros é útil para determinar a transitividade dos verbos *dicendi* no PB, se quisermos propor um tratamento unificado para o discurso direto e o indireto.

4 Conclusão

A citação parece ser um universal da estrutura cognitiva. Embora a função da citação seja bastante difundida, os recursos gramaticais para a codificação do discurso reportado diferem de uma língua para a outra, conquanto sejam todos marcados. Não apenas a transitividade das construções com *dizer* varia translinguisticamente, mas também há diferenças com relação aos padrões de discurso reportado que uma língua distingue.

Em muitas línguas, as citações de discurso direto não têm o mesmo *status* que SNs objetos de verbos *dicendi*, e portanto elas não se enquadram nas categorias de ‘objeto’ ou ‘complemento’. Além disso, várias línguas restringem a complementação de verbos de enunciação ao discurso direto, o que as posiciona longe do centro transitivo (HOPPER, 1985). Como vimos, por um lado, o português do Brasil não distingue sintaticamente entre objetos oracionais e objetos nominais como complementos de verbos *dicendi*; por outro lado, tanto o discurso direto quanto o indireto são usados. Alguns linguistas alegam que em muitas línguas a fronteira entre o discurso direto e o indireto não é nítida (TANNEN, 1989, ROCHA, 2000). Esse não parece ser o caso no português do Brasil: a distinção entre os dois tipos de citação é sempre clara.

Todavia, assim como muitas outras categorias linguísticas, o discurso reportado não é uma entidade discreta. Se adotamos um tratamento gradiente da complementação em termos da integração sintática com o verbo *dicendi* (GIVÓN, 2001), podemos distribuir os tipos de citação num continuum, com o discurso indireto no ponto mais alto da escala, e o discurso direto no ponto mais baixo. Conforme foi visto, as citações diretas exibem o menor grau de dependência sintática do verbo da oração matriz, representando orações estruturalmente independentes que podem se manter sozinhas. As citações indiretas, por outro lado, não podem ficar sozinhas, porque elas são obrigatoriamente introduzidas por um complementizador que estabelece uma relação de dependência entre as orações matriz e complemento. No caso do

discurso reportado, então, o critério de transitividade não corresponde a uma divisão binária clara: o discurso direto e o indireto ocupam cada extremo da escala, com vários pontos intermediários entre eles, representados pelas formas de citação com graus variados de integração. No nível semântico, todavia, ambas as citações são estreitamente relacionadas ao verbo *dicendi* da oração matriz.

Os fatos apresentados evidenciam que no português do Brasil, embora a citação não seja um objeto direto prototípico, ela é efetuada pelo ato de dizer. Em outras palavras, os verbos *dicendi* criam seu objeto, que são produzidos pelo próprio dizer. Nesse sentido, os verbos *dicendi* projetam o que está por vir, de tal modo que a citação pode ser adequadamente considerada como o complemento objeto do verbo da matriz. Se o termo ‘complemento’ implica completude (PAYNE, 1997), um verbo de enunciação não expressa uma proposição completa até que a citação seja produzida. Desse modo, mantenho a transitividade como uma propriedade dos verbos *dicendi*, sob a consideração de que a citação acrescenta algo ao significado do predicado. Em resumo, os verbos *dicendi* no português do Brasil exibem mais características transitivas do que intransitivas.

Símbolos de transcrição

- . entonação final prototípica
- ? entonação final interrogativa
- , entonação de continuação
- : pausa
- < > discurso reportado
- / palavra truncada
- :: alongamento

Referências

- CHAFE, W. **Discourse, consciousness, and time**. The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CLARK, H. H. e GERRIG, R. J. Quotations as demonstrations. **Language**, v. 66, n. 4, p. 764-805. 1990.

- FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). **Corpus Discurso & Gramática**: a língua falada e escrita na cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 1998.
- GIVÓN, T. **Syntax**. Vol. II. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- HOPPER, P. J. Causes and affects. **CLS**, v. 21, p. 67-88. 1985.
- HOPPER, P. J. e THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. **Language**, v. 56, n. 2, p. 251-299. 1980.
- LEHMANN, C. A typology of clause linkage. In HAIMAN, J. e THOMPSON, S. A. (eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- LI, C. N. Direct and indirect speech: A functional study. In COULMAS, F. (ed.). **Direct and indirect speech**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986.
- MAYES, P. Quotation in spoken English. **Studies in Language**, v. 14, n. 2, p. 325-363. 1990.
- MUNRO, P. On the transitivity of 'say' verbs. In HOPPER, P. e THOMPSON, S. A. (eds.). **Studies in transitivity**. New York: Academic Press, 1982.
- NOONAN, M. Complementation. In SHOPEN, T. (ed.). **Language typology and syntactic description**. V. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- PAYNE, T. **Describing morphosyntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ROCHA, L. F. M. Processos cognitivos de mesclagem no discurso reportado: o caso do discurso direto em textos jornalísticos escritos. **Veredas**, v. 7. 2000.
- TANNEN, D. **Talking voices**. Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

